

Desigualdade, o tormento de FH

Investimentos divulgados pelo governo são percebidos pelo povo, segundo o presidente, mas desprezados pela oposição

CARMEN KOZAK

Fernando Bizerra Jr. - 21/9/2000

BRASÍLIA - Dos estimados 160 milhões de brasileiros, 45% da linha de pobreza para baixo, 13% encontram-se na indigência, na pobreza absoluta. Significa dizer que 73 milhões de habitantes de uma das 10 maiores economias do mundo vivem o reflexo dramático da desigualdade social. Essas e outras mazelas são o tormento do sociólogo e presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja popularidade despencou da casa dos 60% para 20%. É o ponto comum no discurso de seus opositores, de alguns aliados e da maioria dos entrevistados por institutos de pesquisa. Para eles, o governo Fernando Henrique não investe no social - embora, em seis anos de mandato, 13 milhões de pessoas tenham saído da linha de pobreza, 9,5 milhões resgatadas da indigência, o gasto social per capita tenha aumentado e o orçamento das áreas sociais tenha sido ampliado em quase 110%.

"É conversa fiada dizer que o meu governo não investe no social", diz Fernando Henrique. Em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, o presidente garante: "Nunca, em nenhum governo, houve tanta preocupação com o social." Ele está convencido de que esse questionamento é consequência do "resgate dos 500 anos de desigualdade social" que querem fazer de uma só vez, e da "política". "O PT precisa de um discurso qualquer para tentar contrapor à estabilidade econômica." O presidente garante não se preocupar com a difícil percepção dos números produzidos na área social. "Essa é uma discussão de técnicos, de formadores de opinião; o povo percebe, tanto que me elegeram para dois mandatos."

Talvez a percepção popular citada por Fernando Henrique alcance os intrincados - e não raras vezes antagônicos - números do orçamento, os de cada ministério e os do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Dados complexos, pouco transparentes. Por eles, o Brasil investe hoje 21% do PIB na área social, índice compatível com o Primeiro Mundo. No início da década de 90, investia-se 12% do PIB. O gasto social per capita aumentou de R\$ 289,90, em 1993, para R\$ 411,50, em 1998, segundo o Ipea. Estima-se que esteja próximo de R\$ 600 por conta da injeção nos orçamentos da União para este ano e 2001.

Salto - Segundo dados do Ministério do Planejamento, os orçamentos para educação e saúde aumentaram pouco mais de 100% de 1995 para cá. Na área de assistência e previdência social, no que diz respeito ao pagamento de benefícios para idosos e deficientes físicos, a ampliação foi de quase 400% (R\$ 1,2 bilhões, em 1995, para R\$ 4,5 bilhões este ano). Um salto e tanto para um governo com fama de não atuar na área social.

Nada comparável, em números absolutos, ao investimento em reforma agrária, principalmente para os programas de assentamento de famílias sem-terra. Em 1995, o Brasil investiu R\$ 200 mil em reforma agrária. Isso mesmo: R\$ 200 mil. Este ano, o gasto deverá atingir R\$ 2 bilhões. Para 2001, está previsto R\$ 2,45 bilhões. De 1964 a 1994 foram assentadas, em média, 7,3 mil famílias por ano. Em 1994, foram 21,7 mil assentamentos. No governo Fernando Henrique, até agora, foram assentadas 246 mil famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O presidente e seus ministros ressentem-se e chamam de "injustiça" a falta de "reconhecimento" das ações sociais. Assim como Fernando Henrique, os auxiliares têm uma explicação histórica e comportamental para o tema. "Os indicadores sociais nunca foram tão bons, mas a falta de percepção é diretamente proporcional ao tamanho das desigualdades acumuladas na história e que não serão corrigidas de um dia para outro", explica o assessor especial da Presidência Vilmar Faria.

Soma-se a isso a democracia e a estabilidade econômica. "O cidadão passa a ter um olhar mais crítico e a cobrar mais; o que é muito bom, saudável", diz o ministro da Secretaria de Governo, Aloysio Nunes Ferreira. "O desafio do governo é continuar dando ênfase à melhor aplicação desses recursos e dizer politicamente o que está fazendo."

Visibilidade - A descentralização da execução dos programas também é apontada como motivo. Como as prefeituras é que executam as obras e os projetos, o nome do governo federal diluiu-se. "O governo adotou procedimentos que facilitam o acesso aos serviços públicos e a ironia é que esses procedimentos reduzem a visibilidade do governo federal, pois são executadas na ponta, nos municípios", diz o ministro do Planejamento, Martus Tavares.

Martus ressalta que é projeto do governo, previsto no programa Avança Brasil, descentralizar cada vez mais a execução orçamentária e direcionar o maior volume de recursos possível para a área social. "É definir como se investe, garantir a eficácia do investimento", afirma Vilmar Faria.

O ministro da Educação, Paulo Renato, diz que sem a descentralização poucos teriam sido os avanços na sua área - a menos criticada nas pesquisas de opinião pública. Lembra que, antes de ser criado o Fundef, só 68 municípios paulistas tinham escolas de nível fundamental. Em quatro anos de Fundef - que condiciona o repasse de dinheiro federal ao número de alunos matriculados em escolas municipais e à aplicação de 15% em educação -, o número de escolas municipais subiu para 502.

A despreocupação de Fernando Henrique em dar divulgação a essas ações é aparente. O tema social ocupa a maior parte das solenidades e anúncios do presidente desde junho. Programas de desenvolvimento humano têm merecido recursos e forçado o redirecionamento dos orçamentos deste ano e de 2001.

Os estrategistas do governo, por sua vez, estão se preparando para convencer a população do que foi feito na área social. Atenção especial para educação, saúde e reforma agrária. Serão acopladas nesse projeto áreas denominadas "de interesse social" - trabalho e emprego, organização agrária, saneamento e habitação, cultura e desporto e direitos da cidadania. Se somados os investimentos dessas áreas, o orçamento social salta para R\$ 42 bilhões em 2001.

Na Casa Civil e na Secretaria de Comunicação de Governo aguardam-se estudos sobre o assunto. Um deles, coordenado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, pretende unificar os números do governo. O trabalho deverá estar pronto em 2001 e servirá de base, segundo governistas, para o discurso do candidato oficial à sucessão do presidente Fernando Henrique, em 2002. Seja ele quem for.



Presidente considera "conversa fiada" dizer que o seu governo não investe no setor social e atribui críticas ao uso de dados fragmentados

- Nos seis anos de seu governo, uma das maiores críticas feitas pela oposição, pelo Tribunal de Contas da União, por setores acadêmicos, por alguns aliados e pela população, segundo as pesquisas, é: 'Investe-se pouco no social.' O governo, por sua vez, apresenta números que contestam esses argumentos. Se tanto foi feito na área social, por que não há percepção desses resultados?

- Nunca, em nenhum governo, houve tanta preocupação com o social. A questão tem dois lados: o da sociedade e o político. A sociedade quer resgatar as desigualdades acumuladas em 500 anos de uma só vez. É que estamos em plena democracia. O meu governo tem transparência administrativa, não varre problemas para debaixo do tapete. Então as coisas estão aí, como nas democracias, a sociedade reivindica, quer sempre mais.

- **É no campo político?**

- Já no campo político a coisa é diferente. O PT, os meus opositores precisam de um discurso qualquer para tentar contrapor à estabilidade econômica - que é incontestável. Fazem o discurso de uma instabilidade social que não existe. É só para contrapor. O governo faz, divulga o que faz e a democracia criou as condições para a sociedade aguçar a sua percepção, cobrar mais, exigir correções. E isso é bom. Criticam, mas estamos fazendo e continuaremos fazendo cada vez mais.

- **Os números apresentados pelo governo, muitos deles aprovados por organismos internacionais, são contestados pela oposição, que apresenta resultados completamente diferentes. Quem está certo?**

- É conversa fiada dizer que o meu governo não investe no social. Isso acontece quando um deputado vai lá no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e pega um dado fragmentado para dizer: 'Reduziram o investimento no social, no programa tal.' Essa análise é bem mais complexa, porque o dado é fragmentado e não reflete o global do orçamento. No meu governo, para melhorar a eficácia do investimento, mudou-se a sistemática de execução administrativa e orçamentária de diversos programas, promoveu-se a descentralização. Por isso,

dados fragmentados não traduzem o que está sendo feito.

- **E a percepção desses dados fragmentados não preocupa?**

- O PT sempre disse que o meu governo era neoliberal e eu dizia: 'Não é.' E já ficou bem claro que não é um governo neoliberal. Dizem que meu governo não investe no social e eu digo: 'Não é assim, meu governo investe e investe muito.' Mas, como há muitas desigualdades, por mais que se faça há sempre ainda o que fazer, e é isso o que a sociedade cobra. Mas, aos poucos, a sociedade nota.

- **Há quem diga entre os aliados que é o governo que não sabe divulgar suas ações.**

- Também não é isso. Essa questão não é uma questão de publicidade, é de convencimento. O governo divulga, mas não há interesse por parte dos formadores de opinião de perce-

"Nunca houve tanta preocupação com o social. A questão tem dois lados: o da sociedade e o político. A sociedade quer resgatar as desigualdades de uma só vez. É que estamos em plena democracia e a sociedade reivindica, quer sempre mais. Já no campo político, os meus opositores precisam de um discurso qualquer para contrapor à estabilidade econômica - que é incontestável."

"O governo divulga (seus programas sociais), mas não há interesse dos formadores de opinião de perceber os dados."

"O PT sempre disse que o meu governo era neoliberal e eu dizia: 'Não é.' E já ficou bem claro que não é um governo neoliberal."

"Os números estão aí para mostrar que a economia está crescendo, que empregos estão sendo gerados. O povo sabe disso."

do Primeiro Mundo. O senhor diz que há ainda muito o que se fazer. Como poderão ser ampliados os investimentos em programas de redução das desigualdades sociais?

- Com crescimento econômico, o que já está acontecendo. Foi por isso que o meu governo se empenhou tanto no Real. É o que digo desde o primeiro dia de mandato: 'Sem estabilidade não há crescimento, sem crescimento não há recursos para corrigir as desigualdades, para investir no social, para gerar emprego e renda.' Digo e repito isso. E é isso o que o meu governo - que não tem nada de neoliberal como tentou dizer o PT - está fazendo.

- **A proposta orçamentária para 2001 apresenta um reforço substancial de investimentos na área social em relação aos anos interiores. Há uma concentração de novos investimentos no ensino médio e na área de capacitação profissional? Essas são as metas para os dois últimos anos de seu governo?**

- É isso. Vamos cobrir gradativamente as áreas de carência. Houve uma revolução silenciosa na área da educação, especialmente no ensino fundamental. Agora, está havendo uma revolução silenciosa na área de saúde. Daqui a pouco teremos uma revolução na área de internet, na área de ciência e tecnologia como um todo. É uma área que vai crescer muito. Isso tudo é emprego e renda. E os números estão aí para mostrar que a economia está crescendo, que empregos estão sendo gerados nos mais diversos setores. O povo sabe disso.

- **As críticas ao seu governo fazem o senhor se sentir um injustiçado social?**

- (risos) Não. Uma vez, o Mário Soares (ex-presidente de Portugal) me perguntou - e isto está no livro *O mundo em português* - se eu não tinha medo ou se eu queria muito a reeleição. Era algo com reeleição. Eu respondi que uma reeleição você pode ganhar ou perder. Disse a ele que o que eu queria era entrar para a História por meu governo ter mudado o destino do Brasil. (Transcrição da resposta dada no livro: "A minha ambição política e intelectual é abrir uma nova era... É uma ambição grande. Quero deixar uma marca e ficaria muito triste - posso até ganhar a reeleição - se não deixar a marca de que o Brasil mudou comigo.")

ber os dados. Essas avaliações são injustas com o meu governo.

- **Se são avaliações injustas, o senhor não está preocupado que elas prevaleçam agora e que o trabalho de seu governo só seja reconhecido no futuro ou nem isso?**

- Esse é um debate de técnicos, de acadêmicos e de formadores de opinião. Mas o povo percebe. Ah, percebe. Percebe tanto que fui eleito duas vezes no 1º turno, com a maioria absoluta dos votos. É interessante analisar uma pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias que mostrou que quem usa os serviços públicos sociais está satisfeito. E é isso o que importa, a satisfação de quem usa.

- **A área técnica sustenta que o governo atingiu o limite de investimentos na área social, índice global semelhante aos de países**